



RESUMO DE ATIVIDADES COMISSÃO PERMANENTE DE LÍDERES

Ano 2019

Atento o disposto no artigo 27º nº1 do Regimento do Órgão Deliberativo, a CPL apresenta à Assembleia Municipal o resumo das suas atividades em 2019.

Introdução

Tendo por base as atas das reuniões da Comissão Permanente de Líderes (CPL) ao longo do ano de 2019, elabora-se este resumo das atividades que não transcreve as suprarreferidas na totalidade mas faz referência às principais decisões tomadas em cada uma das reuniões.

A Comissão Permanente de Líderes (CPL) manteve a composição do ano anterior: presidente da Mesa, os dois secretários e os líderes dos grupos municipais do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE e TnL.

Propõe-se uma reflexão sobre o ritmo dos trabalhos desta comissão e da periodicidade com que reúne.

Outro dos desafios é compreender se o trabalho prévio relativamente aos assuntos a agendar, as reuniões técnicas e de esclarecimento e a análise dos relatórios produzidos por outras comissões ou entidades, auxiliam e maximizam o desempenho dos deputados municipais em plenário.

A preparação e acompanhamento de novos projetos como a Assembleia Municipal Jovem (AMJ) constituíram um novo desafio para o qual foi necessário criar respostas que não existiam.

Por último, importa olhar para o papel que este grupo multipartidário desempenhou na preparação e adaptação à descentralização administrativa e a consequente transferência de competências para o Município.

Reunião n.º 1 - 8 de janeiro

A primeira reunião de 2019 decorreu nos primeiros dias do mês de janeiro e teve como objetivo a preparação da ordem de trabalhos para a sessão extraordinária prevista para 23 de janeiro, de onde se destacavam 11 diplomas setoriais de transferência de competências e a respetiva distribuição de tempos.

Foram analisados e agendados primeiramente os Decretos-Lei que implicam transferências de competências para a OesteCIM, depois os com competências mistas e finalmente os que implicam transferências para o Município.

Os membros desta comissão consideraram essencial saber quais as implicações concretas no nosso território e conhecer os levantamentos feitos pela Câmara para cada uma das matérias.

Os diplomas que mais preocuparam os líderes foram o referente à transferência de competência dos imóveis públicos sem utilização (DL 106/2018) e o referente às vias de comunicação (DL 100/2018).

Após alguma discussão política, os representantes dos vários grupos concordaram que este era um tema sensível e suscetível de muita especulação e consideraram fundamental ouvir e questionar o presidente da Câmara.

Não tendo sido possível a sua presença nesta reunião, foi agendado um encontro, para esclarecimentos técnicos, no dia 15 do mesmo mês.

Reunião n.º 2 - 15 de janeiro

A fim de prestar esclarecimentos sobre o processo de transferência de competências, o presidente da Câmara recebeu os membros desta comissão na sala de sessões do edifício da Câmara Municipal onde estiveram também presentes a vereadora Cláudia Horta Ferreira, a chefe da divisão administrativa, Dr.^a Catarina Avelino, a Dr.^a Inês Lopes e a Dr.^a Renata Simões do gabinete jurídico e o Arq. Jorge Martins que fez uma apresentação dos principais aspetos de cada diploma.

Depois do enquadramento dos temas, o presidente da Câmara deu a conhecer a deliberação do executivo, de 14 de janeiro, para aceitar as competências de todos os diplomas em 2019, com abstenção dos vereadores do PSD no caso dos diplomas referentes ao património público devoluto e vias de comunicação. No que diz respeito à aceitação das competências dos restantes Decretos-Lei, houve unanimidade.

Relativamente às vias, o presidente Carlos Bernardes disse serem 36,5 Km de extensão total e que, salvo transferência de verba específica para o efeito, o Município só seria responsável pelo licenciamento e não pela manutenção. (artigo 9º nº 2 do DL 100/2018).

Quanto ao património devoluto, foi dito que no nosso território, estavam em causa 3 imóveis sendo o mais considerável o “antigo Hospital do Barro”, para os quais importava desenvolver projetos que validem a transferência.

No caso destes se manterem na posse dos Estado, a Câmara irá receber o IMI respetivo.

Depois de colocada a questão sobre o fundo de descentralização, os técnicos esclareceram que tendo sido inviabilizado o fundo de financiamento aquando da aprovação do orçamento de estado de 2019 esse não ficou consagrado.

Na maioria das competências em análise, as receitas correspondem à cobrança de taxas e coimas anteriormente cobradas pelo Estado.

Foi ainda dito que no caso concreto de Torres Vedras a Câmara já fazia uma parte do trabalho, por exemplo, nos estacionamento, equipas permanentes de Bombeiros, praias, entre outras.

Foi ainda referida a necessidade de rever o regime de taxas do Município para abrangerem as novas competências.

Houve ainda algumas críticas sobre a mecânica do processo e a falta de informação mas o assunto não foi desenvolvido havendo o entendimento comum de que as discordâncias políticas deviam ser expressas em sede de Assembleia Municipal e não numa reunião técnica.

Reunião n.º 3 - 07 de fevereiro

Neste dia, além dos líderes dos Grupos Municipais e dos membros da Mesa, estiveram também presentes os membros da Comissão Permanente de Saúde que realizou uma reunião imediatamente depois desta.

Foram analisados os 4 diplomas setoriais que correspondiam ao 2º pacote da descentralização.

O presidente da Mesa disse ter solicitado ao presidente da Câmara um trabalho conjunto dos Órgãos Municipais para uma melhor preparação de todos.

Os líderes mostraram preocupação com os diplomas referentes à Educação e à Saúde, por serem matérias complexas, mesmo sabendo que a discussão sobre a descentralização nestas duas matérias não teria lugar na sessão ordinária de fevereiro.

Outro dos assuntos tratados foi a AMJ e o resultado de uma reunião ocorrida no dia 21 de janeiro, entre o presidente da Assembleia Municipal e a vereadora Ana Umbelino, para preparar o arranque do projeto no ano letivo de 2019/2020.

Foi agendada uma reunião para a qual foram convidados os diretores das Escolas e os professores responsáveis e ficou acordada a presença dos líderes dos Grupos Municipais demonstrando a importância da iniciativa.

Reunião n.º 4 - 19 de fevereiro

Com objetivo de preparar a sessão de 26 de fevereiro, os membros da comissão reuniram para proceder à distribuição de tempos.

Tendo existido, numa sessão plenária anterior, dúvidas sobre a cobrança de taxas, esclareceu-se que relativamente aos decretos da proteção animal e da cultura, as taxas não implicariam a criação de novas rúbricas.

Foi ainda explicado que não estava prevista a transferência de imóveis culturais mas que a Câmara iria propor a transferência de competências sobre imóveis das Linhas de Torres, o que não se verificaria caso fossem classificados como imóveis de interesse nacional. Recordou-se que muitos imóveis com interesse no que a esta temática dizem respeito não aparecem na lista do Estado porque são de privados.

Soube-se ter sido apresentado em reunião do Executivo um relatório sobre o centro histórico e que, depois de aditados os dados que consideraram estar em falta, foi aprovado seguindo para conhecimento da Assembleia Municipal.

Foram ainda analisados assuntos como a cedência dos cemitérios da cidade à Junta de Freguesia e a renovação do contrato com a Promotorres E.M. para a gestão e exploração do estacionamento.

Relativamente à ratificação da declaração de interesse municipal os membros desta comissão consideraram importante que se aproveite uma futura alteração do regulamento do PDM para tornar textualmente mais clara a ideia de que o interesse municipal só se efetiva depois da ratificação da Assembleia Municipal

Reunião n.º 5 - 26 de março

O presidente da AM disse ter recebido o relatório anual de atividades da CPCJ e reunido com o seu presidente, Ângelo Teodoro, no dia 14 de março.

A comissão decidiu que o presidente da CPCJ seria convidado a apresentar o documento na sessão seguinte.

Foi trabalhado o relatório das atividades da CPL referente a 2018 e feito um apelo aos líderes para agilizarem a entrega das informações escritas dos representantes do órgão nas diversas entidades.

Foi discutido o tema do PART e o facto de o presidente da Câmara ter sido mandatado pela Assembleia para conseguir que Torres Vedras fosse equiparado a um Município da AML, para efeitos de passe e os impactos negativos, comparativamente com Mafra, caso não se conseguisse esse objetivo.

A propósito da medida divulgada pela OesteCIM à data, relativamente aos passes sub-23, recordou-se que à luz da Lei os descontos sejam cumulativos.

Outra das questões abordadas foi a verba de participação do Município para a OesteCIM e o que estaria a ser preparado nesse sentido

O presidente da Mesa solicitou que todas as dúvidas sobre esta temática lhe fossem encaminhadas por escrito para serem remetidas ao presidente da Câmara.

Relativamente aos trabalhos em plenário, foram referidas as desvantagens de sessões demasiado longas sem esquecer que a função de deputado municipal é acumulada com outras atividades profissionais.

Houve sugestões para convocar uma Assembleia por mês ou deixar um intervalo de alguns dias entre as reuniões de uma mesma sessão, optando-se por esta última.

Sobre as comemorações do 25 de abril, foi dado a conhecer o programa e dito que decorreriam na União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo.

Esteve também em cima da mesa a questão da abertura ou não do estacionamento subterrâneo do Mercado Municipal em dias de sessão e decidiu-se questionar todos os membros do órgão deliberativo sobre o interesse em o utilizar.

Sobre o agendamento de votos, moções e recomendações, o presidente da mesa propôs que os 60 minutos globais fossem substituídos por um tempo específico de 5 minutos para a apresentação do documento mais 21m repartidos pelos Grupos Municipais para discussão e a comissão concordou.

Ainda sobre tempos, foi pedida uma maior coerência no controle dos mesmos.

Relativamente à ciclovia, foi questionada a sua localização e proposto como alternativa o lado oposto da estrada, junto ao jardim.

Sobre o plano de rearboração, houve referências à falta de informação sobre as árvores que seriam cortadas e transplantadas e à baixa taxa de sucesso espectral.

Reunião n.º 6 - 04 de abril

Esta reunião foi dedicada a esclarecimentos sobre questões de mobilidade e contou com a presença do vereador Hugo Lucas.

No que respeita à ciclovia, foi descrita como urbana sendo essa uma característica fundamental para a aprovação da candidatura a fundos comunitários.

O vereador disse ainda que o Executivo tinha como objetivo criar uma ligação do terminal rodoviário às Escolas e ao centro da cidade e que, com exceção da São

Gonçalo e do CENFIM, os equipamentos urbanos estão todos do lado esquerdo da Av. Leal de Ascensão (sentido tribunal/CAERO).

Outra das situações tidas em conta foi minimizar os atravessamentos da avenida por partes dos ciclistas.

Foi recordada a posição do executivo anterior sobre o fim das ciclovias e a circulação das bicicletas passar a ser feita juntamente com os automóveis. O vereador respondeu que existem vários países onde isso acontece e funciona muito bem mas como em Portugal não está enraizado o hábito da utilização diária da bicicleta e quando confrontados com a possibilidade da candidatura a fundos comunitários, na sequência do PEDU em maio de 2016, acharam que seria uma boa aposta para aumentar a segurança aos utilizadores e sobretudo dar mais confiança aos encarregados de educação para permitirem a utilização deste meio de transporte pelos seus filhos nas deslocações casa/escola e submeteram o projeto a candidatura em dezembro de 2017 tendo a obra vindo a ser adjudicada por 399mil€ para 11 Km e com prazo de conclusão previsto para junho.

Foi ainda referida a gratuidade das Agostinhas para todos os alunos em idade escolar, variando a sua utilização por este público-alvo entre as 2 e as 5 mil, conforme as estações do ano.

A comissão questionou sobre a prioridade deste equipamento face à necessidade de melhoramento dos passeios e iluminação nas passadeiras e foi dito que essas eram também preocupações do executivo e que no caso da iluminação ainda não tinha sido resolvida por dificuldades de entendimento com a EDP que não tinha autorizado a instalação de focos dirigidos às passadeiras e ligados à rede pública. Relativamente aos passeios, existem planos de melhoramento em percursos pedonais.

Sobre a prioridade, voltou a referir que se tratou de uma questão de oportunidade que permitiu receber 85% do valor da empreitada, tendo como critério descarbonização.

Outro dos assuntos abordados foi a transplantação das árvores da Avenida Leal de Ascensão. Em resposta foi explicado que já eram conhecidos problemas nas infraestruturas subterrâneas e pavimento da zona e que a decisão passou por tentar resolver os problemas que já existiam e os que se surgiriam num futuro de médio prazo. O custo do procedimento foi incluído na empreitada da ciclovia.

Apesar de concordar que as espécies autóctones deveriam ser sempre a primeira opção, o vereador disse que seriam plantadas árvores de Júpiter, de médio porte, porque não faria sentido voltar a escolher árvores de tão grande porte para aquele local.

Foi expressada a ideia de manipulação da comunicação social ao difundir a ideia de abate generalizado de árvores, feitas críticas e assumidas algumas falhas ao nível da comunicação e do procedimento adotado no transplante dos primeiros exemplares, nomeadamente na manutenção da humidade das raízes.

Questionado sobre a taxa de sucesso esperada, Hugo Lucas disse que esperava uma taxa de 75%.

Segundo opinião de especialistas ouvidos por membros desta comissão, o sucesso poderia depender da saúde das árvores e a poda extemporânea seria um fator prejudicial.

Relativamente a alterações aos sentidos de trânsito falou-se na possibilidade de alterar o sentido da rua nas traseiras do Mercado Municipal e sobre as intervenções previstas na Praça 25 de Abril foi referido que estava previsto que, quando houver intervenção também com candidatura no âmbito da descarbonização, o trânsito local passaria contornar o jardim.

Foram feitos inquéritos para perceber os hábitos dos utilizadores das paragens de autocarro e soube-se, por exemplo, que 70% das pessoas que utilizavam a paragem da fundição de Dois Portos chegava de carro. A ideia não é que as diretas deixem no centro de Torres Vedras mas foram estas informações que levaram o município a procurar alternativas como o estacionamento com 95 lugares criado à saída da cidade.

Quando alertado sobre o estacionamento abusivo no centro da cidade e a ocupação dos parques gratuitos por caravanas, o vereador admitiu a necessidade de melhorar alguns aspetos e disse que verificaria a situação.

Por último, depois de questionado sobre o assunto, o vereador admitiu que a Câmara recebeu contactos de empresas de trotinetes elétricas mas não tinham tomado ainda posição sobre o assunto.

Reunião n.º 7 - 16 de abril

Tratou-se de uma reunião preparatória para a sessão de 29 de abril, onde foram distribuídos os tempos.

Antes da análise das matérias agendadas, um dos membros da comissão sugeriu o aumento do espaço disponível para os partidos no Boletim Municipal. O presidente da Mesa recordou que era uma publicação da Câmara e não da Assembleia não sabendo se seria possível.

No que diz respeito à matéria da transferência de competências no domínio da proteção civil e policiamento de proximidade, questionou-se sobre a ratificação, proposta para a sessão de abril, para a criação de rúbricas excepcionais pela Câmara, autorizada aquando da transferência de competências discutida na sessão de janeiro Admitiu-se a hipótese de não terem sido cobradas taxas pelos novos serviços mas acrescentou-se que seria tempo de obter informação sobre as rúbricas que efetivamente seriam necessárias.

O presidente da Mesa concluiu que a autorização especial caducaria e que o Executivo deixa de poder abrir qualquer rúbrica para o efeito sem deliberação expressa da Assembleia Municipal nesse sentido.

Sobre a sessão solene do 25 de abril, recordou-se o local e foi esclarecido que os discursos teriam de ser realizados por elementos da lista do Grupo Municipal.

Voltou a recordar-se a moção aprovada na AM de novembro de 2018 relativamente ao papel de defesa do presidente da Câmara relativamente ao interesse dos torrienses no que ao PART diz respeito e da importância de agendar o assunto para discussão no plenário.

Relativamente à antecedência com que a Câmara envia os pedidos de agendamento, recordados os 15 dias exigidos pelo Regimento para agendamento de matérias importantes. Os deputados precisam de tempo para preparar os temas. Todos compreendem que nem sempre é possível cumprir este prazo mas o atraso não deve ser a regra. Ficou acordada uma chamada de atenção ao Executivo sobre este tema.

Reunião n.º 8 - 21 de maio

Esta foi uma reunião conjunta com a Comissão Permanente de Saúde e depois de tratados os temas da competência dessa, a Comissão Permanente de Líderes preparou a reunião com os diretores das Escolas, no âmbito da AMJ.

Deram entrada na Mesa da Assembleia Municipal duas reclamações da mesma município, sobre o custo dos passes. Depois de lidas e discutidas a comissão decidiu remeter ao presidente da Câmara e dar conhecimento à município.

Seguiu-se a análise de um memorando de análise às posições das CCDD relativamente às senhas de presença e recordou-se que os pareceres dessas entidades não são vinculativos para as Autarquia Locais mas são para o Administração Central.

Mantendo-se a letra da Lei inalterada, a maioria dos membros desta comissão estranhou que digam uma coisa numa altura e outra noutra.

Por proposta do presidente da AM, a comissão decidiu que as sessões ordinárias teriam apenas a duração de uma noite e, no caso de existirem mais assunto, seria convocada sessão extraordinária, preferencialmente com o intervalo de uma semana.

Relativamente ao Regulamento de Atribuição de Condecorações Municipais, o presidente da AM colocou à consideração a pertinência da participação da Assembleia Municipal, não apenas na deliberação mas com contributos através desta comissão. Ficou decidido que contactaria o presidente da Câmara neste sentido.

Reunião n.º 9 - 13 de junho

Tratou-se de um reunião preparatória para a sessão de 24 de junho e 1 de julho, foram trabalhadas as agendas e distribuídos os tempos para cada ponto, com

especial atenção para a petição coletiva incluída na ordem de trabalhos da sessão ordinária.

Foi depois analisada a minuta do memorando de entendimento entre a Câmara Municipal de Torres Vedras e a Faculdade de Medicina de Lisboa, com vista à instalação de um Campus da Saúde no antigo Hospital Dr. José Maria Antunes Júnior.

Sobre o Regulamento de Atribuição de Condecorações Municipais, o presidente da AM informou que foi aprovado em reunião do Executivo, seguindo para discussão pública antes de ser remetido ao Órgão Deliberativo para aprovação.

Ainda sobre este tema, os membros da comissão mostraram-se preocupados com alguns critérios que constam da atual proposta. Depois de conhecidos os resultados da participação pública, se daí não surgirem sugestões para critérios mais específicos, em sede de discussão e deliberação na Assembleia Municipal ficou decidido darem esses contributos.

Relativamente ao PART, foi proposto um trabalho conjunto entre os Grupos Municipais e todos consideraram que este deve ser suprapartidária. A comissão decidiu propor à Assembleia Municipal a criação de um grupo de trabalho para apresentar o assunto antes da elaboração da Lei do Orçamento de Estado para 2020.

Sobre a atualização do PDM por adaptação ao POC e a delimitação da ARU, ficou acordada reunião técnica para uma melhor compreensão dos assuntos envolvidos, que não foi contabilizada para efeitos de senha de presença e da qual não foi feita ata.

Reunião n.º 10 - 03 de setembro

Como habitualmente, foi preparada a sessão ordinária de setembro e feita a distribuição de tempos.

Na ordem de trabalhos analisada encontra-se um ponto sobre a transferência de competências para as Autarquias Locais, nomeadamente, a descentralização para as Freguesias e o diploma setorial da Saúde que, pela sua importância e complexidade suscitaram a especial atenção dos membros desta comissão

Deu entrada na Mesa o pedido de agendamento da alteração ao Regulamento de Atribuição das Condecorações Municipais.

Depois de recordar que o Regulamento foi criado e aprovado por unanimidade em 1988 e que desde essa data nunca foi alterado, o presidente da Mesa considerou que este tema merece ser analisado em detalhe para que todos se identifiquem com as alterações. Ficou acordado que todos analisariam o documento e a comissão voltaria a reunir para tratar especificamente deste tema.

Entre outras coisas, foram questionadas as alterações propostas ao objeto social da Promotorres E.M. e a ausência de fundamentação para as mesmas.

Reunião n.º 11 - 10 de setembro

Esta reunião teve como ponto único a alteração ao Regulamento de Atribuição das Condecorações Municipais

O presidente da mesa explicou que, em setembro de 2018 deu, a nível pessoal, alguns contributos baseados em pesquisas de regulamentos semelhantes noutros municípios e os membros do órgão deliberativo nada sabiam, apesar do presidente da Câmara ter anunciado, durante as comemorações do feriado municipal de 2018, um trabalho conjunto sobre esta matéria.

A proposta analisada resultou do trabalho de uma comissão constituída para o efeito mas onde a Assembleia Municipal não esteve envolvida.

As críticas anteriormente formuladas foram mantidas, como por exemplo, a tipificação dos reis do carnaval para a atribuição de uma medalha, sem nenhum critério de mérito ou antiguidade associado ao desempenho da função; a atribuição de medalhas a empresa pela sua antiguidade também sem nenhum outro critério associado.

Foram também analisados os prós e contras deste documento prever Medalhas de Bons Serviços a funcionários mas a comissão acabou por concluir que esta era uma tradição e que quem tiver mais de 25 anos de vínculo profissional ao Município e aos SMAS deve continuar a ser reconhecido.

Foi ainda referida a necessidade de uniformizar o objeto, impedindo que qualquer presente oferecido pelo Município a um visitante ou personalidade seja assim designado.

Face ao carácter representativo das Medalhas Municipais, esta comissão entendeu que a proposta da Câmara deve ser melhorada e decidiu propor à Assembleia Municipal a suspensão deste ponto da ordem de trabalhos, ficando a discussão e deliberação adiadas.

Reunião n.º 12 - 29 de outubro

Neste dia, foi disponibilizada rede de *wi-fi* na sala de reuniões das comissões da Assembleia Municipal.

O presidente da Comissão Eventual do PART, Rui Prudêncio, esteve presente nesta reunião e apresentou o relatório daquele grupo de trabalho.

O presidente da Mesa questionou se todos os líderes se reviam no documento e depois de uma resposta positiva ficou decidido o envio imediato do documento ao Governo para que as propostas que dele constavam pudessem ser consideradas antes da elaboração do Orçamento de Estado para 2020.

No respeitante ao relatório final da Comissão Eventual para o Ensino Superior em Torres Vedras ficou acordada a apresentação, discussão e votação em sessão plenária.

Outro dos temas analisados foi a petição “*Pela Segurança das Crianças em Torres Vedras*” e sendo sobre matéria da competência da Câmara, decidiram encaminhar o documento ao Executivo, recomendando um esclarecimento ao peticionário sobre as medidas implementadas, em curso e a implementar ao nível da segurança rodoviária.

O Executivo pediu a colaboração da Comissão Permanente de Líderes relativamente às novas competências do Conselho Municipal de Segurança e à preparação de uma proposta base de Regulamento. Sobre esta matéria ficou decidido que o presidente da Assembleia Municipal representaria a comissão.

Foi ainda feito um ponto de situação relativamente à AMJ, e depois de conhecidas as alterações que a este propósito tinham sido feitas ao *site*, soube-se que foram 6 as Escolas Secundárias que se inscreveram. A SEMINFOR e o CENFIM não vão participar na iniciativa.

Ficou ainda decidido agendar uma reunião específica para tratar das comissões de acompanhamento que também não foi contabilizada.

Relativamente às declarações de voto orais, o presidente da Mesa recordou os líderes que só estão previstas para manifestar a posição de todo o Grupo Municipal

O presidente da Mesa foi questionado sobre o ponto em que se encontrava a proposta para aumentar o espaço dos partidos políticos na Revista Municipal e disse ter falado com o presidente da Câmara sobre o assunto mas solicitou o pedido por escrito.

Antes de terminar a reunião, foi feito um ponto de situação sobre os trabalhos da Comissão Eventual de Transportes e Mobilidade.

Reunião n.º 13 - 12 de novembro

A última reunião do ano teve início com a preparação das sessões de 20 e 26 de novembro. Por questões de compatibilidade com a letra da Lei, a primeira sessão foi agendada como extraordinária e a segunda como ordinária devido aos documentos previsionais para 2020.

Foi solicitada uma reunião técnica, da qual não foi larada ata-resumo, para preparação da apreciação dos documentos previsionais, tanto da Câmara como dos SMAS.

Decidiu-se ainda que se algum dos assuntos da primeira sessão não fosse tratado, seria aditado à ordem de trabalhos da sessão seguinte.

Foi também analisado o pedido de Bianca Emiliano, membro da Comissão Alargada da CPCJ indicada pelo CDS-PP, para cessar funções. Ficou acordado que seria o CDS a indicar outra pessoa para o lugar.

Foram colocadas questões sobre a transferência de pessoal para a Junta de Freguesia de Sta. Maria São Pedro e Matacães no âmbito da transferência de competências e o presidente da Mesa comprometeu-se a pedir informação complementar.

Antes de terminar a reunião, foram analisados os prós e contras do agendamento habitual da informação escrita do presidente da Câmara como ponto 2 da agenda, por ficar muito próximo do PAOD e das moções mas, apesar da reflexão, decidiram manter a numeração em causa.

Conclusão

Concluída a descrição das reuniões da CPL, cumpre-nos procurar respostas para os desafios inicialmente propostos.

Os trabalhos referentes a 2019 tiveram início a 8 de janeiro e a última reunião do ano decorreu a 12 de novembro, ao longo de 11 meses este grupo de trabalho reuniu 13 vezes e com exceção dos meses de julho, agosto e dezembro, a atividade foi constante e com uma média de 2 reuniões por mês.

A CPL assumiu-se como um importante apoio para a Assembleia Municipal e os seus deputados, com competências que vão para além da distribuição dos tempos de uma ordem de trabalhos. Tomou posição sobre vários assuntos, emitiu pareceres sobre petições, ajudou a mesa na interpretação e integração das lacunas do Regimento.

Este revelou-se um ano particularmente difícil porque trouxe uma nova realidade de descentralização que colocou à prova a capacidade de preparação e adaptação dos eleitos locais, não só do Órgão Executivo mas também do Órgão Deliberativo.

A AMJ, obrigou à criação de uma lógica pedagógica que se pudesse traduzir numa mais-valia para os jovens e a adesão das Escolas Secundárias do concelho acabou por ser o reflexo de um longo e cuidadoso trabalho de preparação.

A contagem de tempos para votos, moções e recomendações foi alterada para uma lógica de apresentação/leitura, seguido de um período de discussão individualmente contabilizado, com objetivo de imprimir celeridade aos trabalhos o que acabou por não se verificar.

A esmagadora maioria das sessões não terminaram na primeira noite de reunião e como resposta às extensas agendas, por acordo entre os líderes, numa primeira fase as reuniões deixaram de ser em dias seguidos e, numa segunda fase optou-se por fazer corresponder cada noite a uma nova sessão. Esta medida veio a revelar-se a grande novidade do ano em análise.

Apesar das reuniões periódicas, nem todas as tarefas a que a comissão se propôs ficaram concluídas e a produção de contributos de melhoria à proposta de alteração ao Regulamento de Atribuição de Condecorações Municipais, para posterior deliberação e Assembleia Municipal está ainda pendente.

Pelo exposto conclui-se que a CPL reúne tantas vezes quanto possível, já que todos os seus membros têm uma vida profissional ativa e não cumprem as funções de deputados municipais a tempo inteiro, mas não mais do que o necessário pois o trabalho nunca está verdadeiramente terminado.